



■ Redes devem se preparar para garantir proteção e aprendizagem dos estudantes.

■ Guias indicam como fortalecer a resiliência e apoiar na recomposição de aprendizagens.

■ Experiências de Estados atingidos reforçam a importância da articulação intersetorial e do acolhimento.

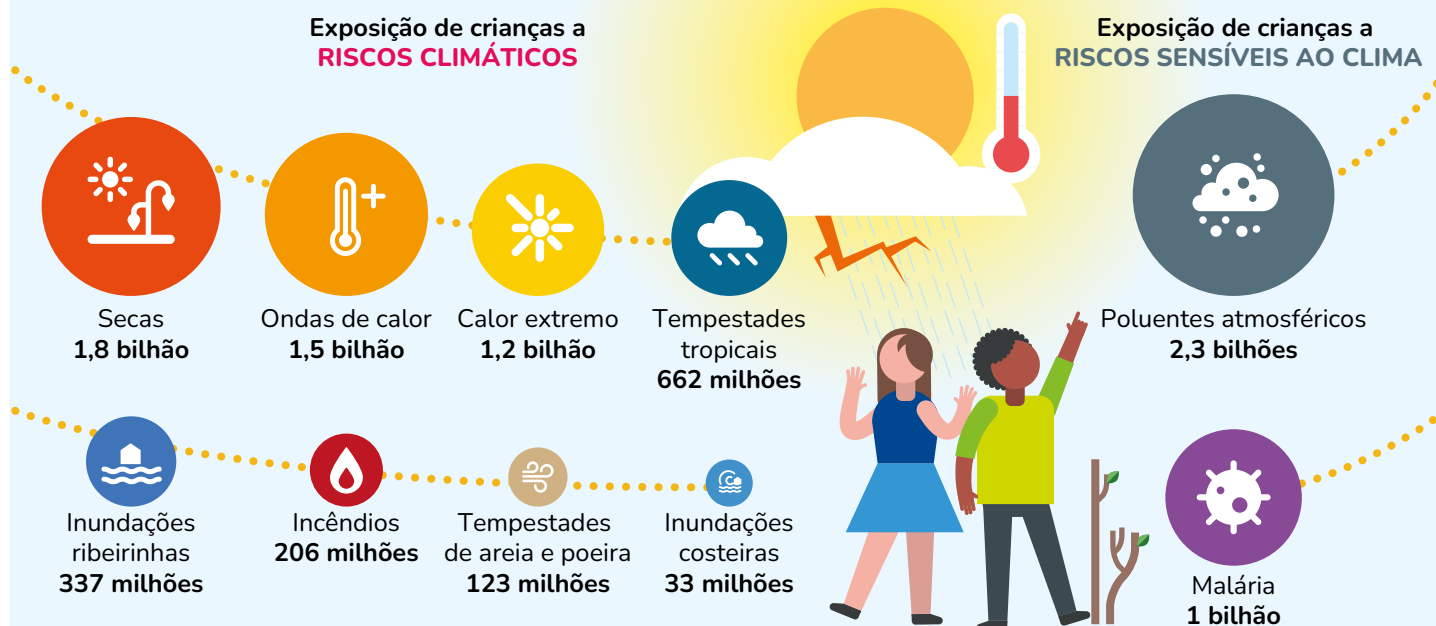
GESTÃO

Previsão de El Niño intenso exige ações preventivas dos sistemas educacionais

A expectativa da ocorrência de um El Niño mais intenso em 2026 e 2027 acendeu um alerta mundial. Em um planeta mais quente, isso significa um risco ampliado de eventos extremos de calor, seca e chuvas intensas. No Brasil, os efeitos esperados são enchentes mais frequentes no Sul, secas prolongadas no Norte e no Nordeste e ondas de calor por todo o país, exigindo do poder público ações de prevenção de riscos e adaptação.

Esse cenário tem um impacto significativo na educação. Hoje, quase 1,1 bilhão de crianças no mundo vive sob três ou mais ameaças climáticas simultâneas, como aponta o relatório *Children's Climate Risk Report 2026* (Relatório de Risco Climático na Infância), também do UNICEF. No Brasil, essa é a realidade de 16 milhões de meninas e meninos, o equivalente a três em cada dez.

Número de crianças expostas a riscos relacionados ao clima



Fonte: Children's Climate Risk Report 2026, UNICEF (2026).

Diante de todos esses alertas, a resposta à crise climática não pode se limitar à gestão de desastres. É preciso fortalecer a capacidade das escolas. Quando uma unidade escolar fecha por causa de uma enchente ou de uma onda de calor extremo, toda a dinâmica da comunidade é afetada. E representa mais do que um dia perdido: amplia desigualdades, fragiliza vínculos e compromete trajetórias de aprendizagem. Preparar as escolas para enfrentar eventos extremos é, portanto, uma política de equidade.

Redes estaduais que sofreram recentemente com as consequências de eventos extremos, por exemplo, vem mudando suas estratégias de prevenção e resposta. É o caso do Rio Grande do Sul, onde as enchentes de 2024 afetaram mais de 403 mil estudantes e danificaram 1.104 escolas. A partir desse impacto, a Secretaria da Educação estruturou a estratégia Escolas Resilientes, que reúne ações de prevenção, resposta e recuperação de eventos adversos, articulando infraestrutura, currículo, acolhimento e protocolos claros de emergência, com foco em planejamento permanente e responsabilidade compartilhada.

A elaboração do Plano de Contingência Escolar para Eventos Climáticos (Plancon Escolar) é um dos eixos da estratégia. O primeiro a ser finalizado foi o da Escola Estadual de Ensino Médio General Souza Doca, em maio de 2026. Localizada em Muçum, a menos de 600 metros do Rio Taquari e atingida por sucessivas enchentes, a instituição construiu seu plano de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar e atores locais – o documento organiza procedimentos, define responsabilidades e orienta ações rápidas diante de emergências. Outras 86 escolas selecionadas com base em critérios de vulnerabilidade e exposição a riscos ambientais estão em processo de elaboração e implementação dos seus Plancons.

Um segundo eixo tem como foco a infraestrutura das escolas. Os padrões construtivos no estado estão sendo revisados para permitir o uso de materiais mais duráveis e a incorporação de soluções sustentáveis, como reaproveitamento de água da chuva, verticalização de prédios em áreas inundáveis, uso de energia fotovoltaica, telhados verdes e ventilação natural. Essas premissas estão sendo incorporadas pela Seduc e pela Secretaria de Obras Públicas, tanto em reformas quanto novas obras.

O currículo da rede também foi adaptado. Desde 2025, a Matriz de Referência incorpora educação climática, justiça ambiental e competências socioemocionais, preparando os estudantes para compreender riscos e atuar em situações de crise. Em algumas escolas, eles participam de mapeamentos, desenham plantas, identificam rotas de fuga e realizam simulações.

Considerando que eventos climáticos extremos produzem efeitos emocionais nas comunidades escolares, a Seduc estruturou ainda ações de apoio psicossocial e incorporou o conceito de Escola Sensível ao Trauma, formando profissionais para oferecer acolhimento, escuta qualificada e suporte contínuo à comunidade escolar.

A rede estadual de Minas Gerais também tem fortalecido ações preventivas e ampliado parcerias com órgãos especializados, como Defesa Civil e Bombeiros. Enchentes severas em fevereiro de 2026 atingiram principalmente o município de Juiz de Fora, que teve 47 escolas afetadas por alagamentos, danos estruturais, deslizamentos e interrupção de acessos. Monitoramento estrutural, obras de drenagem e contenção, manutenção de telhados e o Projeto de Climatização das Escolas fazem parte das medidas em andamento para tornar as escolas mais resilientes a fenômenos climáticos extremos.

Além disso, a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora tem colocado em prática planos de contingência e estratégias de comunicação para garantir continuidade pedagógica caso novos eventos extremos ocorram. “As chuvas de 2026 evidenciaram a importância do planejamento preventivo, da atuação articulada entre diferentes órgãos públicos e da rapidez na tomada de decisões. Também reforçaram a necessidade de investir em acolhimento, comunicação eficiente e acompanhamento próximo das comunidades escolares”, afirma a superintendente Mariluce Ramos.

“As chuvas de 2026 evidenciaram a importância do planejamento preventivo, da atuação articulada entre diferentes órgãos públicos e da rapidez na tomada de decisões.”

Mariluce Ramos, superintendente da Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora

A SRE também estabeleceu um processo com base no Programa de Recomposição das Aprendizagens (PRA), da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Depois do período de paralisação das aulas, as escolas reorganizaram planejamentos, priorizaram habilidades essenciais e utilizaram diagnósticos para orientar intervenções. “Reposição de dias letivos não garante, por si só, a recuperação das aprendizagens”, destaca a superintendente. “Por isso, nosso foco esteve na identificação das necessidades reais dos estudantes e na adoção de intervenções pedagógicas mais direcionadas.”, completa.

ORIENTAÇÕES PARA ESCOLAS MAIS RESILIENTES

Diferentes iniciativas têm sido desenvolvidas para apoiar as redes de ensino no fortalecimento da sua resiliência. Entre elas está o guia lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com o Instituto Alana, que reúne orientações práticas para adaptar escolas e creches aos impactos das mudanças climáticas. A publicação propõe soluções baseadas na natureza, como ampliação de áreas verdes, criação de pátios naturalizados, implantação de jardins de chuva e áreas permeáveis e melhoria na ventilação, e reforça a importância de planejamento, diagnósticos atualizados e acesso a recursos públicos.

Na mesma direção, o UNICEF, em parceria com o Consórcio da Amazônia Legal, o Instituto Unibanco e a consultoria Vozes da Educação, desenvolveu a coleção *Educação e Emergências Climáticas*, formada por cinco cadernos. Apesar de ter sido elaborada a partir da realidade da Amazônia Legal, a coleção tem aplicabilidade nacional e tem como premissa que a educação precisa estar no centro da resposta às emergências climáticas.

O primeiro volume, *Fundamentos Conceituais*, mostra como a preparação para emergências deve fazer parte do planejamento educacional e destaca o papel estratégico das secretarias e das escolas na proteção, no acolhimento e na retomada da aprendizagem. O segundo, *Logística e Infraestrutura*, orienta gestores a planejar escolas capazes de se manter seguras e operantes mesmo em condições adversas. O terceiro, *Acolhimento e Apoio Psicossocial*, apresenta orientações para apoiar redes e escolas na construção de respostas cuidadosas, articuladas e contextualizadas. Já o quarto volume, *Comunicação em Contextos de Crise*, aponta a importância de disponibilizar informações claras e confiáveis para reduzir incertezas, orientar famílias e garantir previsibilidade em momentos de instabilidade.

O último, *Continuidade Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens*, orienta as redes a agir em três frentes simultâneas — acolhimento, continuidade pedagógica e recomposição — e detalha como diagnosticar o ponto de partida das turmas, reorganizar o ensino e oferecer apoio direcionado a quem mais precisa. Afinal, após situações de emergência, estudantes e equipes não retornam à escola nas mesmas condições de antes. Ausências prolongadas, deslocamentos, perdas e mudanças na rotina familiar impactam presença, engajamento e capacidade de aprender.



SAIBA MAIS

- **Educação e Emergências Climáticas.** Consórcio Interestadual Amazônia Legal, Instituto Unibanco, UNICEF, Vozes da Educação (2026). l1nq.com/7aqlcru
- **Educação Baseada na Natureza: um guia para escolas mais verdes e resilientes.** Instituto Alana, FNDE (2026). l1nq.com/imekdy0
- **Guia para Elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos (PLANCON Escolar).** Sedu- RS, Instituto Alana, Vozes da Educação (2026). l1nk.dev/knleoad
- **Educação Resiliente: recomendações para fortalecer a resiliência dos sistemas educacionais brasileiros frente às crises climáticas.** Todos pela Educação, Vozes da Educação (2025). l1nq.com/7v74ymx
- **Escolas Resilientes (série).** Porvir (2024). l1nq.com/sc5ircm

Aprendizagem em Foco é uma publicação produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br

Para ler as edições anteriores, acesse: <https://bit.ly/BoletimAprendizagemFoco>

Produção editorial: Redação Carmen Nascimento; Edição Antonio Gois e Carolina Fernandes

Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; **Edição de arte** Fernanda Aoki